

Universidade Federal de Minas Gerais
Faculdade de Ciências Econômicas

Thiago Lukashevich Meira

A racionalidade na construção
do método e da teoria de Max Weber

PET *programa de
educação
tutorial*
economia

Monografia produzida no âmbito do
PET Economia - Programa de
Educação Tutorial

Thiago Lukashevich Meira

**A racionalidade na construção
do método e da teoria de Max Weber**

Monografia apresentada ao Programa de
Educação Tutorial (PET) do curso de
graduação em Ciências Econômicas da
FACE/UFMG, primeiro semestre de 2020.

Orientador: Prof. Dr. Alexandre Mendes Cunha

Belo Horizonte
2020

Sumário

Introdução	4
1. As interpretações sobre Weber: como ele foi lido ao longo do tempo?	6
1.1. A recepção inicial e o deslocamento para os EUA	8
1.2. O retorno para Alemanha	11
1.2.1. Weber e Marx: A Contraposição	13
1.2.2. Uma interpretação paradigmática: a visão de Schluchter ...	15
1.3. Considerações finais sobre contextualizações históricas e regionais	17
2. Aspectos centrais do método weberiano	18
2.1. A construção do método	19
2.1.1. A compreensão	22
2.1.2. Os “tipos” da sociologia weberiana	25
2.2. Considerações finais	29
3. A racionalidade em meio a teoria	30
3.1. A ação social e sua racionalidade	30
3.2. As racionalidades em diferentes contextos	35
Conclusão	39
Referências bibliográficas	40

Introdução

A importância de Max Weber para o pensamento do século XX dispensa apresentações. Seu reconhecimento como um dos mais importantes pensadores de seu tempo já era anunciado pouco mais de uma década após seu falecimento, e com razão, dado que ele foi o autor mais citado na Alemanha da República de Weimar durante o período seguinte a sua morte. Também é possível dizer que seu legado intelectual foi abordado de maneira difusa, espalhado em diversas áreas do conhecimento, sendo que nenhuma dessas abordagens deram início a uma tentativa de reconstrução sistemática dos grandes temas abordados por Weber. Apesar de ter realizado um trabalho de inegável influência, não surgiu uma “escola” weberiana, no sentido clássico da palavra, que estivesse disposta a seguir os estudos de Weber do mesmo ponto em que o pensador parou (MOMMSEN, 1989, p. 169-170).

A falta de “escola” não deve ser atribuída somente à variedade temática, com as dificuldades que esta pode acarretar. Outros grandes nomes associados ao estabelecimento da sociologia como disciplina, como Marx, Comte e Durkheim, deixaram seguidores e discípulos que deram continuidade sistemática aos seus estudos, mesmo que também fossem amplos tanto em escopo como em alcance. A postura rígida de Weber, como acadêmico ou político, pode ter contribuído para a ausência de seguidores diretos que apoiassem instituições suficientes para tal (FREUND, 2003, p. 29-30).

Mas é esta postura que impede que o acussem de falta de coerência na sua diversidade temática. A mesma diligência usada para criticar adversários era empregada nas tentativas de sistematizar e compreender a realidade. Esta é uma característica que Weber atribuía ao sábio por vocação, papel social que ele buscou assumir ao longo de sua vida (FREUND, 2003, p. 9-11).

Como sábio, seus interesses se encontravam na História. Mais precisamente, Weber se preocupava em entender quais foram os caminhos trilhados pelos europeus ocidentais até a condição econômica particular em que se encontravam, o capitalismo. Seu ponto de partida foram as diferentes instituições ocidentais que promoviam (e ainda promovem) as condições para avanços técnicos compatíveis com o desenvolvimento do capitalismo, como, por exemplo, o incentivo ao uso de técnicas contábeis mais apuradas criado pela divisão entre família e empresa. Suas conclusões o levaram a interpretar como única todas as esferas organizacionais do ocidente. Direito, artes, política, ciência,

todos os aspectos culturais se tornam relevantes para a explicação da economia, e o interesse pela economia ocidental se transformou em um interesse por todos os aspectos particulares ao ocidente (SCHLUCHTER, 1981, p. 7-9).

Logo, a variedade temática se torna indispensável. Presente em todas as esferas institucionais e diferente entre culturas, Weber persegue o tema de como são construídas as justificativas racionais em cada esfera institucional ou em um nível cultural mais amplo. Parafraseando o nome do livro de Carlos Sell, Weber persegue como se dão as diversas racionalizações da vida. A racionalidade toma diversos sentidos distintos, e é elemento de análise tanto pela forma como ela é criada quanto é em seu conteúdo.

Este trabalho se propõe abordar esta temática, o que é a racionalidade em Weber. Para isso, no primeiro capítulo será apresentada um recorte cronológico de diversos intérpretes, a fim de apontar quais temas foram ressaltados ao longo do tempo. O segundo capítulo se propõe uma reconstrução do método weberiano, destacando os significados que a racionalidade possui nesse processo. O terceiro capítulo se ocupa com a sistematização da racionalidade em Weber proposta por Wolfgang Schluchter que, além de apresentar aspectos relativos ao método, encontra no processo de formação das racionalidades (chamado de racionalização) um fio condutor para os pensamentos de Weber.

1. As interpretações sobre Weber: como ele foi lido ao longo do tempo?

As diferentes influências que o trabalho de Weber exerceu nas áreas em que dedicou seu tempo podem se mostrar tão distintas quanto os pontos de vista dessas mesmas áreas, já que sociólogos, historiadores e filósofos tem como foco de análise aspectos diferentes de sua obra (MOMMSEN, 1989, p. 169). O interesse das diferentes áreas certamente facilita as divergências entre as formas de interpretação, e um exemplo notório dessas controvérsias é o questionamento se Weber pode ser considerado um economista ou não. Sua reputação em outras áreas, como a sociologia, é amplamente estabelecida, mas pouco se fala dele nas ciências econômicas atuais. Como aponta Tribe, o argumento contra o status de economista é sustentado pela sua falta de contribuição à teoria econômica, comparado com os contemporâneos Marshall, Pigou e Edgeworth, ou comparado implicitamente com economistas posteriores, como Paul Krugman. Comparações que desconsideram o contexto das ciências econômicas no começo do século XX, período no qual outros ocupantes de cátedras de comércio (assim como Weber) não tiveram seu caráter de economista questionado posteriormente, e abordagens diversas (distintas da empregada por Krugman) eram melhor recebidas na economia (TRIBE, 2006, p. 313-314).

A polêmica acerca do caráter de economista de Weber não é completamente injustificada, uma vez que a interdisciplinaridade torna difícil apontar um direcionamento único do autor. Por exemplo, no começo de sua carreira, a tese de dissertação sobre companhias de comércio medievais já era apontada como “no limiar entre história jurídica e econômica” (WEBER, 1988, p. 113). Outros temas além dos já citados, como metodologia, religião, política, até mesmo arte e técnica, também foram abordados. Julien Freund busca sistematizar em seu trabalho alguns desses temas, no qual ele aponta direções perseguidas e indica um fio condutor no rigor metodológico desenvolvido e empregado pelo pensador (FREUND, 2003, p. 9).

Tal foco na metodologia pode ser refletido na posição atribuída a ele nas ciências econômicas. Para Tribe, o isolamento do pensamento weberiano na economia se deu por dois movimentos distintos e complementares, um próprio das ciências econômicas, e outro nas ciências sociológicas. Na economia, os paradigmas neoclássicos se tornaram dominantes após a década de 1940, deixando pouco espaço na área para escritos no estilo de Weber, por mais que este tenha absorvido e usado conceitos como utilidade

marginal ao longo de sua obra. Ao mesmo tempo, na sociologia, os esforços direcionados para a fundação da disciplina reservaram a Weber o título de “sociólogo burguês”, em contraposição a Marx (TRIBE, 2006, p. 318).

Após seu falecimento, a pouca centralidade de Weber na economia não impediu algumas tentativas de melhor enquadrá-lo no arcabouço teórico das ciências econômicas, como aponta Carlos Eduardo Sell (SELL, 2013, p. 45-46). Notadamente, essas tentativas teriam duas variantes, as que associam Weber como precursor da teoria da escolha racional, e as que destacam seus estudos econômicos em detrimento dos estudos históricos-religiosos. Para Sell, ambas evidenciam um “reducionismo economicista”, uma vez que o processo que Weber vivenciou para formulação de seus escritos se confunde com a formação de um âmbito próprio, o da sociologia (SELL, 2013, p. 50-51). Essas seriam colocações que fortalecem a linha argumentativa de Tribe, que atribui o isolamento do pensamento weberiano à consolidação dos paradigmas neoclássicos na economia e dos paradigmas próprios da sociologia. As tentativas posteriores de enquadrar Weber nas ciências econômicas seriam bons exemplos da duradoura predominância dos paradigmas neoclássicos, e uma leitura de Weber baseada em tais paradigmas pode facilmente ser reducionista do ponto de vista da obra de Weber, apesar de enriquecedora para as ciências econômicas.

A consideração sobre como os pensamentos weberianos foram sendo deixados de lado pela economia nos mostra que, devido ao próprio desenrolar da produção acadêmica, é possível que pesquisadores se voltem para o desenvolvimento de algumas questões enquanto outras se mantêm menos trabalhadas. Assim como sugere Tribe em seu texto, a história dos pensamentos pouco é favorecida por uma abordagem linear, e talvez seja melhor encará-la como camadas geológicas: a sobreposição determina uma cronologia, mas ela está sujeita a revoluções e deslocamentos que, por sua vez, fazem o velho e o novo colidirem, e criando assim uma nova sequência cronológica. Seguindo essa mesma lógica, pode ser interessante retomar alguns posicionamentos weberianos, plenamente capazes de contribuir com debates atuais, sejam estes sobre as premissas metodológicas adotadas ou sobre a forma com que os economistas deveriam encarar o papel de suas próprias análises. (TRIBE, 2006, p. 324-325)

No entanto, diferente do que fiz parecer, não me proponho levantar a história de como Weber foi pouco abordado na economia logo após a sua morte, mas sim como ele foi lido e sistematizado por diferentes escolas de pensamento de forma mais ampla. Assim me distancio do ostracismo intelectual que Weber sofreu na economia e me

aproximo das demais ciências sociais. Me proponho construir uma narrativa para entender parte de qual foi o impacto desse pensador, mais notadamente na sociologia dos EUA e da Alemanha, fazendo um recorte no tempo e espaço como fez Sell (2013) no primeiro capítulo do seu livro. Ainda que de forma resumida, essa narrativa servirá de auxílio para contextualizar alguns intérpretes ao longo do trabalho, algo pouco trivial quando se trata de um personagem tão controverso como Weber.

1.1. A recepção inicial e o deslocamento para os EUA

Não há dúvidas de que Weber foi lido e impactou seu meio enquanto vivo, principalmente quando tratamos do famoso trabalho em que ele relaciona o surgimento do capitalismo com o pensamento religioso protestante da época, “A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo”. Mesmo após a sua morte em 1920, é possível colocá-lo como o mais influente sociólogo de sua época se considerarmos o número de citações o critério para influência. Porém não houve uma tentativa de reconstruir sistematicamente seu trabalho ou alguém que percorresse criticamente o pensador de forma mais ampla (MOMMSEN, 1989, p. 170). Parte dessa falta de foco em Weber pode ser atribuída ao clima político da Alemanha entre guerras, que deixava pouco espaço para outras preocupações além das diretamente relacionadas ao turbilhão político da República de Weimar.

A ascensão do regime nazista na década de 1930 nada contribuiu para uma maior popularização de Weber. A sociologia na Alemanha, fortemente conectada ao pensamento marxista, teve sua existência ameaçada pelo regime totalitário, e somente sobreviveu por se voltar para os estudos do “povo” alemão, satisfazendo assim o clima político da época, mas empobrecendo seu conteúdo. O pensamento de Weber, principalmente a noção de dominação carismática, serviu como trampolim para o desenvolvimento de visões antidemocráticas e a apologia de sistemas autoritários, mesmo que esta tenha sido a posição oposta da defendida por Weber, cujas posições políticas democráticas (ainda que fortemente liberais e nacionalistas) o colocavam em dificuldades de se reconhecer em qualquer um dos partidos da Alemanha de Guilherme II. Ainda que em franca oposição ao espírito da obra de Weber, essa associação ao nazismo gerou certa resistência à leitura de Weber nos anos subsequentes (WEBER, 1988, p. 224) (MOMMSEN, 1989, p. 178).

Levando em consideração a difusa atenção voltada para o trabalho de Weber (por causa da abrangência de sua obra) ou sua direta rejeição no continente europeu (pelo

contexto conturbado da região, em especial no seu país de origem), é cruzando o Atlântico que se encontra uma primeira linha interpretativa mais consistente do autor, mais notadamente após o trabalho de 1937 de Talcott Parsons, “A Estrutura da Ação Social”¹ (SELL, 2013, p. 23-24).

Anterior ao trabalho de Parsons, a recepção de Weber no mundo anglófono também foi dispersa. Algumas primeiras traduções foram feitas por economistas como Frank Knight, que publicou em 1927 uma tradução de “História da Economia”, e Alexander Henderson, que traduziu os primeiros dois capítulos de “Economia e Sociedade” (TRIBE, 2006, p. 314-315). Parte dessa difusão também teve origem em alemães que saíram de seu país por razões políticas, com destaque para Karl Mannheim, cujo trabalho apresenta mais influências weberianas do que ele mesmo tenha percebido, algo que, de acordo com Mommsen, merece maior atenção acadêmica (MOMMSEN, 1989, p. 180-181).

Parsons buscou construir uma teoria própria, posteriormente chamada de “funcionalismo estrutural”, inserindo Weber como parte do seu quadro teórico. O interesse no pensador alemão se deu pelo caráter formal da elaboração e do uso dos tipos ideais que possibilitava uma aplicação destes em estudo empíricos. Essa leitura parsoniana deixa de lado aspectos importantes da obra de Weber, como a ênfase nos processos históricos e seus desenvolvimentos. Essa seletiva visão distorce as verdadeiras intenções de Weber no uso dos tipos ideais, já que o europeu os concebeu como instrumentos auxiliares para descrever processos históricos de médio a longo prazo, procurando capturar instituições sociais sujeitas a grandes mudanças nesses períodos, enquanto o americano os colocou como úteis para análises descritivas de realidades sociais estáticas (MOMMSEN, 1989, p. 181-182).

Mesmo com seus propósitos distorcidos, os tipos ideais se provaram frutíferos para a sociologia dos EUA nas décadas de 1950 e 1960. É importante ressaltar que o trabalho de Parsons não só fez uso das ideias contidas nos escritos de Weber, mas como também o consagrou como mais um dos fundadores da sociologia no continente americano, ao lado de Durkheim e Pareto (SELL, 2013, p. 23) (MOMMSEN, 1989, p. 181). A consolidação da sociologia nos EUA, movimento do qual a Parsons fez parte, foi paralelo à consolidação dos métodos neoclássicos na economia, que apesar de não serem completamente incompatíveis com os de Weber, deixaram pouco espaço para ele nessa área, como é o argumento de Tribe em seu texto, e o que justificaria o declínio do interesse de economistas em Weber após a década de 1940 (TRIBE, 2006, p. 314-135).

1 PARSONS, Talcott. **The Structure of Social Action**. Nova Iorque: MacGraw-Hill, 1937.

No entanto, Parsons não foi o único nome a compor os esforços de leitura e compreensão de Weber nos EUA, e as sementes que desviaram o foco da leitura parsoniana de Weber já seriam plantadas ao longo da década de 1940, por autores como Hans Gerth, Charles Wright Mills, Edward Shils e Henry A. Finch. Gerth e Mills escreveram e editaram a coletânea “From Max Weber”² em 1946, na qual já apontavam pontos de convergência de Weber com Marx e Nietzsche, além de buscarem traduzir trabalhos de Weber em temas pouco explorados, como a dicotomia entre burocratização e carisma (SELL, 2013, p. 24). Já Shils e Finch publicaram uma versão em inglês de “A Metodologia das Ciências Sociais”³ em 1949, na qual a introdução de Shils já debatia as premissas metodológicas de Weber, apontando alguns problemas da leitura parsoniana dos tipos ideais (MOMMSEN, 1989, p. 182).

Aspectos históricos e desenvolvimentistas da obra de Weber seriam popularizados gradualmente por Reinhard Bendix, que buscava conectar o destaque à teoria dado por Parsons com os estudos históricos-universais do alemão (MOMMSEN, 1989, p. 183). Bendix só conseguiria trazer os estudos históricos ao centro do debate nos EUA de forma mais consistente a partir da obra de 1960 “Max Weber”⁴. Uma questão central colocada pelo foco nos estudos sociológico-históricos é latente ainda nos dias atuais: buscou Weber estabelecer regras gerais de funcionamento para o desenvolvimento das civilizações (foco na sociologia) ou teria ele analisado somente particularidades de alguns contextos históricos e, para tal, estabeleceu ferramentas teóricas também específicas (foco na história) (SELL, 2013, p. 25).

Dois respostas distintas se configuraram: uma proposta por Guenter Roth, colocando o aspecto histórico como central, e a segunda por Stephen Karlberg, dando destaque para a sociologia. Roth, discípulo de Bendix, estabelece que o caráter sociológico é subordinado ao histórico, e serve somente como etapa preparatória para a análise empírica. Karlberg propõe uma relevância maior ao método, o qual determina linhas de estratégia para a análise empírica, que moldam a realidade de acordo com a teoria (SELL, 2013, p. 26-28).

O debate teórico sobre Weber nos EUA resultou em um embate, em última

2 GERTH, H. H. & MILLS, C. Wright. **From Max Weber: Essays in Sociology**. Nova Iorque: Oxford University, 1946.

3 WEBER, M. **The Methodology of Social Sciences**, traduzido e editado por Edward A. Shils e Henry A. Finch. Glencoe: The Free Press of Glencoe: 1949.

4 BENDIX, Reinhard. **Max Weber: An Intellectual Portrait**. Nova Iorque: Doubleday, 1960.

instância, entre conteúdo e forma, sendo o conteúdo weberiano defendido por Bendix e Roth, e a forma por Karlberg. Nesse cenário, o tema da racionalidade e da racionalização ficam em segundo plano seja qual for a posição assumida, ora encarada como só mais uma temática, ora encarada como mais uma estratégia metodológica (SELL, 2013, p. 29). Para pensar racionalidade em Weber, é necessário voltar para Alemanha e entender o desenrolar do debate sobre Weber após o regime nazista, cuja influência dos estadunidenses se faz notar.

1.2. O retorno para Alemanha

Após o fim do regime nazista na Alemanha, o espaço acadêmico voltaria a exercer suas atividades sem maiores constrangimentos dentro da República Federativa da Alemanha. Inicialmente, a atenção que sociólogos deram ao pensador persistiu da mesma maneira que ocorria durante a República de Weimar, ou seja, de forma difusa e fragmentária, uma vez que os grandes nomes da sociologia da época, remanescentes dos décadas de 1920 e 1930, seguiram se distanciando de Weber. Foi somente com uma nova geração de sociólogos que o pensador retornaria ao debate. Isso aponta uma semelhança com a recepção nos EUA, onde sociólogos também tiveram algum “atraso” na absorção do trabalho de Weber. No entanto, diferente dos EUA, não foi entre economistas que seus escritos encontraram maior receptividade inicial, mas sim entre filósofos, historiadores e cientistas políticos (MOMMSEN, 1989, p. 185-186).

Merecem destaque as razões que lentamente trouxeram Weber ao centro do debate nesses outros campos do conhecimento. Entre filósofos, pode-se dizer que não houve uma ruptura nos anos de radicalismo político, e as pesquisas sobre aspectos filosóficos da obra de Weber encontram certa continuidade desde o início dos anos 1930. Já historiadores encontraram utilidade no uso de tipos ideais, e gradativamente absorveram elementos metodológicos derivados de Weber (MOMMSEN, 1989, p. 186-187).

As polêmicas relativas a Weber no pós guerra residem no papel político atribuído a ele e a leitura de sua obra realizada pelos cientistas políticos. Para a construção de um regime liberal e democrático sobre os escombros de uma ditadura terrível, é necessário o estabelecimento de referenciais, tanto históricos quanto ideológicos, que apoiem e sirvam de base para os pensamentos e instituições a se construir. Weber serviu de referência positiva e negativa, ora sendo colocado como pai fundador da República Federal da

Alemanha, ora condenado por seu nacionalismo e sua herança da ambígua tradição liberal alemã (SELL, 2013, p. 31). Essa disputa é reflexo do ceticismo dos cientistas políticos acerca da neutralidade de valores pregada na metodologia weberiana, cuja incompatibilidade para análise de um Estado baseado em princípios éticos fundamentais se mostrou suficiente para rejeição das ideias políticas e teorias de governo de Weber (MOMMSEN, 1989, p. 189-190).

Em comum, todas essas abordagens tiveram a ênfase na metodologia weberiana, ignorando os aspectos substantivos de seus escritos. No Congresso Alemão de Sociologia, sediado em Heidelberg no ano de 1964, centenário do nascimento de Weber, a falta de consideração pela sociologia substantiva de Weber por essas correntes era claro até para Parsons, que se desapontou pela falta de comentários referente a esse ponto a partir de seu texto para a ocasião (MOMMSEN, 1989, p. 188). Nesse Congresso culminaram outras tendências, como a visão do francês Raymond Aron, que relaciona o pensamento político weberiano com a tradição do realismo maquiaveliano, e a disputa metodológica entre a “Teoria Crítica” e o “racionalismo crítico” (conhecida como “*Positivismusstreit*”), na qual Weber foi colocado como representante dos últimos (SELL, 2013, p. 31-32).

Os acontecimentos do começo da década de 1970 moveram o centro do debate sobre Weber mais uma vez, finalmente mais distantes dos aspectos metodológicos antes dominantes. Dentre as possíveis motivações para essa mudança, apresento três: a influência do outro lado do Atlântico, que já buscava sistematicamente aspectos substantivos da obra de Weber desde a contribuição de Bendix em 1960; o trabalho de Friedrich Tenbruck, cujo destaque dado para a Sociologia Comparada das Religiões mundiais desencadearia reações de vários lados distintos, mas certamente alterando o centro do debate (SELL, 2013, p. 33-35); ou as crises, econômicas e ideológicas, enfrentadas pelo Ocidente no início da década, que inspiraram novos rumos nas pesquisas sociais na busca por respostas diferentes às encontradas anteriormente (MOMMSEN, 1989, p. 193-194). Seja qual for o motivo (ou no espírito de multicausalidade weberiano, sejam todos eles), a mudança de foco foi tal que se pode dizer em uma nova fase de interpretação weberiana na Alemanha após a década de 1970, chamada de renascimento weberiano. Alguns proponentes dessa nova fase são Jürgen Habermas e Wolfgang Schluchter, cujas abordagens terão algum destaque nas etapas seguintes desse texto.

1.2.1. Weber e Marx: a contraposição

Não é incomum encontrar comparações entre Marx e Weber. A própria caricatura de Weber como um “Marx burguês” não é toda sem razão: Weber não se furtava em dizer que era membro da classe burguesa e ambos abordaram temas semelhantes com diversos pontos de contato, apesar de adotarem algumas posições irreconciliavelmente opostas (MOMMSEN, 1989, p. 53-54). Como qualquer forma de representação caricatural, certos aspectos são ressaltados enquanto outros diminuídos, sendo o critério estabelecido por quem a elaborou. Nesse trecho buscarei brevemente reconstruir qual a caricatura que os marxistas fizeram de Weber, pontuando o que acredito ser de maior relevância para contextualizar os escritos.

O ponto de partida dessa caracterização é como o próprio Weber se posicionou frente aos escritos de Marx e as considerações marxistas. Weber era ainda um jovem estudante, no início de sua carreira acadêmica, quando as obras de Marx já causavam impactos por todo o mundo e sua vida chegava ao fim. A posição de Weber frente a Marx⁵ é dúbia: ele não se constrange em reafirmá-lo quando questionado sobre sua relevância (COHN, 2003, p. 117-118), ao mesmo tempo que apontava firmemente os pontos em que havia discordâncias. No lado das concessões, Weber considerava o marxismo genial por apresentar uma construção de tipos ideais hipotéticos para o auxílio da compreensão da história até aquele ponto, com destaque para o conceito de superestrutura, cuja referência ao mundo imaterial como parte da explicação do mundo material vai de encontro à tese da ética protestante como centelha do capitalismo. Ele também atribuía crédito ao marxismo como teoria política, já que apontava as injustiças do capitalismo e fundamentava uma atitude revolucionária baseada em valores. A discordância é posta na análise da História. Para os marxistas, a História se trata de algo objetivo, cuja teoria marxista seria capaz de apreender em sua totalidade. Weber se posicionava contra esse ponto não só pela razão epistemológica, uma vez que considerava que qualquer teoria seria capaz de capturar somente segmentos da realidade, mas também pela sua implicação ética. Ele via com desprezo os marxistas que se colocavam no lado “certo” da História e com isso justificavam suas atitudes, mesmo que tal desprezo compartilhava espaço com respeito à atitude baseada em uma convicção moral (MOMMSEN, 1989, p. 55-58).

5 Não é claro se Weber sabia a diferença entre Marx e os marxistas de seu tempo, logo os tratarei como um só, assim como Weber parece ter o feito (MOMMSEN, 1989, p. 56).

Usando uma analogia médica comumente emprestada por economistas, pode-se dizer que Weber concordar com Marx em seu diagnóstico, mas não no remédio proposto. O antagonismo teórico se traduzia em um ainda mais potente na ação política defendida. Juntamente com as convicções democrática de Weber, ele desconsiderava qualquer via revolucionária, e atribuía aos marxistas ocupantes do Partido Social-Democrata Alemão (SPD) certa ineficiência política associada a um radicalismo verbal. Radicalismo este que incluía considerar qualquer instituição social da época como integrante da burguesia, portanto incapaz de contribuir com a causa socialista (MOMMSEN, 1989, p. 76-78). Nesse ponto, podemos ver como a retórica que enquadra Weber como representante de uma “ciência burguesa” (WEBER, 1988, p. 317) ganha força entre marxistas, indo além da autodenominação de Weber.

Às diferenças teóricas soma-se a diferença de postura sobre o caráter do empreendimento científico. Weber assume que a ciência anseia pela neutralidade, enquanto marxistas a colocam como fundamentalmente crítica, assumindo uma posição contrária ao *status quo* capitalista. Logo, dadas as divergências teóricas e de postura filosófica e política, suponho que a grande parte das leituras marxistas de Weber são delimitações de um próprio núcleo duro marxista, e raramente procuram analisar Weber pelos termos e métodos que lhe são próprios.

Dentre essas comparações, a primeira mais sistemática supera a recepção inicial fragmentária na Alemanha, e inaugura o campo chamado “Weberomarxismo” em 1923. Se trata da análise de Lukács em seu livro “História e Consciência de Classe”⁶. Nesse primeiro momento, o que se observa é uma análise de cunho mais filosófico do texto de Weber, que se dispersaria com as turbulências da Alemanha do período. Com o fim da barbárie e a queda de Hitler, a atenção marxista se voltou para Weber para apontá-lo como reflexo do capitalismo na sua fase imperialista, como elaborado por Lukács, desenvolvido na Teoria Crítica (SELL, 2013, p. 30-31), e fundamentado por atitudes políticas problemáticas, como aponta Mommsen (MOMMSEN, 1989, p. 191).

Como já dito, foi somente com o grande debate alemão sobre epistemologia dos anos de 1960, o *Positivismusstreit*, que os escritos weberianos voltariam a ter destaque. Em tempos que Karl Popper argumentava contra abordagens “holísticas” da História, as ideias de Weber pareciam encontrar terreno fértil para reaparecer (MOMMSEN, 1989, p. 184). Entretanto, não é descabido apontar que Weber foi posicionado no “racionalismo crítico” de Popper menos por suas semelhanças com ele, mas sim pelas suas diferenças

6 LUKÁCS, Georg. **Geschichte und Klassenbewusstsein**, Berlim: Marli Verlag, 1923.

e críticas ao marxismo, agora representados pela Teoria Crítica (SELL, 2013, p. 32).

Um dos proponentes desse debate foi Jürgen Habermas, cuja defesa das grandes teorias da História foi notável, apesar da “vitória” do lado positivista (MOMMSEN, 1989, p. 188). Ele, juntamente com Herbert Marcuse, estariam presentes no 15º Congresso Alemão de Sociologia, que ocorreu no centenário do nascimento de Max Weber, em 1964. Seguindo a nossa temática, as elaborações posteriores de Habermas são ainda mais marcantes do ponto de vista dos estudos sobre Weber. Ambos fariam a defesa da interpretação marxista de Weber no que foi considerado o marco do ressurgimento de interesse em Weber. Após o debate, ocorreu uma onda de otimismo referente ao marxismo, cuja dissipação subsequente promoveu o “espaço vazio” que seria ocupado pelo “renascimento weberiano” (MOMMSEN, 1989, p. 192-194).

Habermas ocupou o papel de elaborar a mais moderna leitura marxista de Weber. Ele assume que há aspectos evolucionistas em Weber, mesmo que somente em caráter normativo e não empírico, se aproximando das interpretações norte americanas pós década de 1960. No entanto, vemos aqui o tema da racionalidade e da racionalização como centrais para Habermas, algo até então pouco explorado. Ele divide as racionalizações em duas esferas distintas, a cultural e a social. De acordo com Sell, essa divisão é evidência da influência marxista, pois “cultura” e “social” seriam equiparáveis a superestrutura e infraestrutura, uma forma mais sutil de comparar Weber aos conceitos marxistas, e assim defini-lo por esses termos (SELL, 2013, p. 35-36). Por fim apresentarei uma última interpretação de Weber, que também surgiu no renascimento weberiano, a de Wolfgang Schluchter.

1.2.2. Uma interpretação paradigmática: a visão de Schluchter

Wolfgang Schluchter é autor cuja carreira acadêmica está intimamente ligada com a interpretação de Weber. No início da década de 1970, ele publicou um estudo utilizando os conceitos weberianos para lembrar a importância da burocracia para o entendimento da sociedade atual (MOMMSEN, 1989, p. 194).

O ponto inicial que diferencia a interpretação de Schluchter dos demais é a tentativa de identificar e superar as duas formas com que Weber desenvolve seu raciocínio sociológico, seja por meio de uma teoria evolucionária (anti-histórica) ou por uma abordagem histórico-comparativa (antievolucionária), a qual Schluchter denominou

Entwicklungsgeschichte (História do Desenvolvimento, tradução minha⁷). A proposta inicial é que Weber buscou o que pode ser genérico entre as sociedades (evolução) enquanto as comparava com as particularidades da sociedade ocidental e seus desdobramentos (histórico-comparativo). Ao realizar esse passo, Schluchter identifica três níveis sociológicos de análise: a da ação social; a das ordens ou organizações sociais; e o nível que permeia todas, o da sociedade/cultura (SELL, 2013, p. 37-38).

Para Schluchter, a distinção entre esses níveis de análise foi feita na busca pela peculiaridade do capitalismo ocidental, que se mostrou uma peculiaridade da cultura ocidental, encontrada em seu maior nível de análise no chamado de *racionalismo* ocidental. É necessário definir e explicar o que é esse racionalismo, objeto de pesquisa encontrado na tentativa de compreender o que tornava o capitalismo (produto do ocidente, mas não limitado a ele) tão distinto das outras formas de sociedades mundiais. Por racionalismo, entende-se uma forma de *racionalização* específica e distinta das demais, que por assim ser, não garante que as racionalidades resultantes sejam compatíveis entre si, tanto entre quanto intra culturas (SCHLUCHTER, 1981, p. 8-10).

Schluchter se esforça para estruturar o pensamento weberiano sem elaborar um sistema universal para História, algo que Weber apontaria como “história inocente”, analisando cada desenvolvimento particular, ao mesmo tempo que cria conceitos capazes de “generalizar” e “teorizar” a História (SCHLUCHTER, 1981, p. 11-12). O que ele obtém são classificações dos níveis sociológicos analíticos em pré-convencional, convencional e pós-convencional (SELL, 2013, p. 38-39).

Schluchter encontrou um par de tipos ideais para definir racionalidade em cada um dos níveis analíticos, sendo eles (SCHLUCHTER, 1999, p. 127):

1. (*zweckrational/wertrational*). Racionalidade instrumental e racionalidade relativa a valores. Estas corresponderiam à esfera da orientação da ação individual baseada em determinadas finalidades ou máximas normativas.

2. (*formal-rational/material-rational*). Racionalidade formal e racionalidade material, referentes à coordenação da ação social, uma sendo baseada na constelação de interesses e outra no exercício do poder legítimo.

3. (*theoretisch-rational/praktisch-rational*). Racionalidade teórica e racionalidade prática. Essa racionalidade possui dois componentes distintos, um relativo à formação da

⁷ O uso da palavra desenvolvimento é complicado pelos vários significados distintos que ela assume na língua portuguesa e que não estão presentes no original. Para melhor compreensão, deve-se entender desenvolvimento aqui por desdobramento ou desenrolamento

visão de mundo, ou seja, um aspecto cognitivo, a outra de caráter normativo, na ética.

Uma das vantagens de se apoiar nos esforços de Schluchter para abordar a racionalidade em Weber é a não criação de novos termos e conceitos na tentativa de tornar sua reinterpretação mais clara e objetiva, e sim o uso dos termos usados por Weber, facilitando o trabalho de alguém que pretenda seguir seus passos até as obras originais. O que farei a seguir é analisar o ferramental weberiano que permite a análise da racionalidade no segundo capítulo, para depois abordar em maior detalhe a racionalidade como proposta por Schluchter no terceiro capítulo.

1.3. Considerações finais sobre contextualizações históricas e regionais

A apresentação aqui tentada culminam nos trabalhos de Schluchter e sua construção de uma linha interpretativa dos escritos de Weber, na qual a racionalidade e os processos de racionalização ocupam papel central. Esse ponto final não é coincidência, já que essa apresentação, um tanto teleológica de minha parte, não foi pensada para abranger amplamente as interpretações sistemáticas já realizadas sobre Weber, mas sim para servir de referência para um olhar sobre os temas que são o foco deste trabalho, que são o método weberiano e o conceito de racionalidade que o permeia na forma e conteúdo.

Antes de prosseguir, procuro evidenciar que são inevitáveis as ausências em um trabalho que não se pretende exaustivo, logo são notáveis a falta de algumas abordagens, como a recepção de Weber em outros países, europeus e não europeus, notadamente a França (país que possui outra tradição acadêmica, mas com influência do vizinho) e o Japão (onde as teorias de burocracia e modernidade weberianas exerceram forte papel), ou seu enquadramento com outras perspectivas filosóficas, como a nietzscheana.

2. Aspectos centrais do método weberiano

Não é absurdo supor que círculos acadêmicos distintos tenham métodos próprios e individuais para a construção de seus estudos, que podem se diferenciar tão radicalmente que o diálogo entre eles se torna turbulento ou explicitamente indesejado. A falta de interesse nesse tipo de diálogo pode se justificar por questões teóricas, sendo as diferentes premissas que cada área assume para si contraditórias e inconciliáveis, ou por questões mais palpáveis, como a dificuldade de acesso ao material alheio ou disputas por espaço acadêmico entre pesquisadores.

Seja qual for a justificativa para a ausência de diálogo, não foi algo que impediu Weber de realizá-lo, exercendo influência em diversas áreas do conhecimento. A capacidade de penetrar nos mais diferentes meios acadêmicos pode ser uma das razões para a pluralidade de interpretações que observamos no capítulo anterior, muitas delas divergentes quanto ao significado do conteúdo apresentado.

Em meio às diferentes interpretações que partem de lugares distintos, é interessante considerar que o resultado dos estudos realizados por Weber não foi o puro diálogo entre diferentes áreas, mas a contribuição para a fundação de uma nova, a sociologia. A motivação que o levou a divergir das outras áreas dessa maneira não é algo trivial, mas certamente não deve ser atribuída à diversidade temática do autor. A fundação da sociologia não ocorreu porque os sociólogos se prestaram a estudar temas novos, nunca antes abordados por outros. Pelo contrário, a sociologia se definiu como disciplina a partir da lente distinta pela qual se propôs observar o mundo. O entendimento dos estudos weberianos passa pela consideração da forma com que ele elaborou os temas, em outras palavras, é necessário pensar qual foi o método de análise empregado e que compõe o discurso weberiano.

Neste capítulo tentarei apresentar algumas considerações acerca do método weberiano para a construção de seus raciocínios. Não por acaso, o conceito de racionalidade começará a ser apresentado, mas de forma indireta, já que Weber o usa como instrumento, não objeto de análise própria (SELL, 2012, p. 156). Assim, já que racionalidade e método estão intimamente conectados, ao longo da apresentação do método serão destacadas as passagens em que o pensador faz uso da racionalidade, para que no próximo capítulo sejam analisadas com outra lente, voltada mais para seu conteúdo.

2.1. A construção do método

“O método dessa definição de conceitos (...) clama, de maneira alguma, ser novo” (WEBER, 1922, p. 1). A primeira frase colocada no livro “Economia e Sociedade” indica que Weber não reconhece em seus escritos que o método por ele usado possui alguma originalidade (WEBER, 1988, p. 309). É verdade que o autor não estava sozinho na tentativa de elaborações metodológicas sobre as ciências que praticavam, e certamente há vários pontos de contato entre Weber e alguns de seus contemporâneos. O trabalho de detalhar semelhanças e diferenças entre os autores da época é feito por diversos autores, como Gabriel Cohn (2003, p. 21-111), e não tem muita utilidade para este trabalho. No entanto, antes de abordar o posicionamento de Weber, é indispensável destacar, mesmo que em linhas gerais, qual foi o debate acadêmico que resultou nas considerações metodológicas weberianas, uma vez que, nesse caso, é coerente pensar Weber como uma reação ao contexto de sua época. Mais especificamente, esse debate é conhecido por *Methodenstreit* (disputa dos métodos), se inicia no final do século XIX, e é fonte inspiradora, direta ou indiretamente, para as considerações metodológicas de Weber escritas após a virada do século (WEBER, 1988, p. 306-307).

O conteúdo desse debate circula em torno dos métodos capazes de gerar conhecimento nas ciências econômicas, e foi protagonizado por representantes da Escola Austríaca de um lado (na figura principal de Carl Menger), e representantes da Escola Histórica Alemã do outro (Gustav von Schmoller como protagonista). A separação rígida em dois lados bem definidos é somente um recurso heurístico, e intérpretes de Weber nomearam os lados desse debate de diversas formas, consideradas aqui como intercambiáveis: para Freund há a contraposição entre o método naturalista e o método histórico (FREUND, 2003, p. 32), Cohn coloca como uma disputa entre naturalismo positivista e historicismo (COHN, 2003, p. 100), já Marianne fala de ciências naturais e as “ciências do espírito” (*Geisteswissenschaften*) (WEBER, 1988, p. 310). Seja qual forem os termos usados em cada perspectiva, todos os intérpretes concordam que Weber foi crítico às duas abordagens, e fez uso de elementos de ambas sem se colocar como defensor de alguma.

Segundo Freund, as críticas de Weber podem ser divididas em duas linhas, de acordo com a posição a ser criticada: ao método positivista, ele direciona sua crítica à quantificação. Não seria possível obter uma verdade absoluta a partir de proposições

matemáticas e as quantificações obtidas a partir delas. O erro dos que assim o pensam é considerar ser possível deduzir uma verdade a partir dos conceitos elaborados com a exatidão matemática “necessária” para ciência. A razão desse erro, é que ao cometê-lo, ignora-se o que Freund chama de “infinito extensivo e intensivo” da realidade. As proposições matemáticas (como qualquer outro conceito abstrato) seriam capazes de captar somente parte desse infinito, e portanto nunca haveria a possibilidade de expressar a realidade de forma satisfatória somente a partir delas. As críticas de Weber se estendem aos que seguem o caminho oposto do debate, e buscam usar como fundamento científico a intuição, seja baseada na revivescência ou intropatia do cientista. Tal método não seria passível de comprovação, uma vez que a intuição pessoal é inacessível aos outros. No primeiro caso, Freund destaca que há a omissão do irracional do mundo na tentativa de explicá-lo, e no segundo há a incorporação do irracional nas ciências humanas, se opondo às ciências da natureza, mas sem um rigor científico no processo (FREUND, 2003, p. 35 – 38).

Seguindo o propósito do trabalho, é necessário esclarecer o que se entende aqui pelo termo “irracionalidade”. Freund destaca duas interpretações possíveis: “imprevisibilidade e contingência” e “liberdade da vontade” (*freedom of will*) (FREUND, 2003, p. 38-39). Por ora, focaremos na última interpretação, enquanto a primeira será deixada para uma análise mais adiante, na análise do conceito de tipo ideal.

A interpretação de irracionalidade como “liberdade da vontade” é rejeitada por Weber. Novamente Freund aponta como o pensador atribui a liberdade ao oposto da irracionalidade: “uma ação acompanhada do mais alto sentimento de liberdade só é possível quando realizada sem constrangimentos físicos ou psíquicos que perturbem o julgamento do indivíduo (ou em outras palavras, quando o indivíduo age de forma completamente racional), possibilitando que sejam estabelecidos fins de forma clara e consciente, para então usar os meios disponíveis que acredita-se (de acordo com a experiência individual) que levarão a tais fins”⁸. A ação racional aparece aqui como sendo plenamente capaz de ser executável por um único indivíduo, sem demandar a existência de uma coletividade para obter maior grau de racionalidade, como outros pensadores naturalistas afirmariam (FREUND, 2003, p. 24-25).

As afirmações de Freund vão de encontro com a posição de Marianne, que por sua vez explicita duas versões distintas desses pensadores naturalistas. A primeira encara que o intelecto (onde reside a liberdade) e a natureza são somente facetas diferentes do

8 Trecho adaptado da citação que Freund faz de Weber

mesmo objeto, e portanto é papel da economia política deduzir, por meio do intelecto, as leis naturais da vida econômica. Os que assim pensavam, evidentes partidários do método naturalista, não se diferenciam de forma tão radical de alguns partidários do método histórico, que também acreditavam em leis gerais de caráter histórico. Na presença de discrepâncias entre História e as teorias de estágios propostas por esses pensadores (e estas certamente ocorriam), evocava-se a liberdade da vontade, que “inexplicavelmente quebra as regras da natureza” (WEBER, 1988, p. 310-311). Não por acaso, aqui se encontra de forma explícita como a racionalidade é omitida pelos naturalistas positivistas, mas incorporada sem rigor pelos historicistas. Logo, a constatação da existência de irracionalidades e a rejeição da liberdade da vontade como irracional é uma das chaves para a crítica weberiana à ambos os lados da disputa dos métodos, apresentada por Freund mas explicitada por Marianne.

O posicionamento crítico assumido por Weber foi colocado por ele mesmo ao falar sobre História, na continuação do trecho sobre liberdade da vontade. “Tivesse a História relacionada somente com essas ações racionais, nesse sentido de ações livres, sua tarefa seria infinitamente aliviada” (WEBER, 1922a, p. 227). A ação humana não é irracional somente porque há julgamentos de valor (irracionais em sua base), erros de raciocínio ou loucura, mas também há fatores que interferem na liberdade, como o temperamento, humor e emoções.

Dessa forma, Weber não só se opõe ao naturalismo positivista ou historicismo que dominaram o debate, mas parte em busca de uma solução lógica na qual possa basear seus pensamentos e estudos, incorporando elementos de ambos para a construção de uma elaboração própria. Sua reação peculiar a esse debate evidencia que suas formulações sobre metodologia possuem certa originalidade. A estratégia criada por ele, na tentativa de superar o abismo deixado por ambos os lados do debate, abismo que separa conceito da realidade, pode ser iniciada a partir de ideias deixadas pelos mais identificados com a humanidade, mais precisamente no uso da intuição para o desenvolvimento da compreensão, que pretendo analisar melhor a seguir. A compreensão não é o único recurso do método weberiano que merece destaque nesse trabalho, e após sua análise, voltaremos a atenção ao conceito de tipo ideal, relacionando-o com a compreensão. A ordem de apresentação desses dois recursos não sugere um maior grau de relevância de um em relação ao outro, ambos são considerados essenciais, ela serve somente para melhor organizar o raciocínio e concatenar os argumentos de forma coerente para o leitor.

2.1.1. A compreensão

A compreensão é central para o estudo de Weber. A inspiração e justificativa para seu uso tem como fonte o “lado” do método histórico, mais especificamente com a definição de “ciências culturais”. Elas se diferenciam das ciências da natureza não só pelo objeto de estudo, mas também por apresentar diferenças na forma com que suas questões são construídas. Tomemos o exemplo da História: nessa perspectiva, ela não busca como resposta leis gerais⁹, como as ciências naturais, mas sim destacar o que é de especial naqueles eventos. O que é destacado são as ações que se considera “culturalmente relevante” (WEBER, 1988, p. 311-312), e estas possuem caráter subjetivo, uma vez que a atribuição de sentido às ações irá variar de acordo com a cultura em que o contexto histórico está imerso.

Por ora, falaremos sobre outro termo importante que leva à “relevância cultural” para Weber, algo possível de traduzir como “sentido” ou “significado” (*Sinn*) da ação¹⁰. Só há compreensão daquilo que há significado. Seja qual for esse significado da ação, não se trata de um significado transcendental ou absolutamente “verdadeiro”, pelo o contrário, é crucial que ele seja subjetivamente construído, que ele exista para o indivíduo que exerce a ação. O sentido da ação não precisa ser perfeitamente claro para o sujeito, ele pode ser uma herança cultural, cuja repetição tenha se tornado hábito entre os indivíduos daquele grupo. Para Weber, esses casos seriam extremamente comuns, mas não carentes de sentido: estes estariam no limiar da compreensão (WEBER, 1922, p. 1-2). O importante não é o caráter impreciso do sentido, mas sim a consequência lógica dele ser subjetivamente construído: é impossível que o pesquisador saiba com o máximo de certeza qual foi o sentido de alguma ação. Qualquer tentativa de elaboração será sempre uma hipótese (WEBER, 1922, p. 5). A estratégia que resta ao pesquisador é a busca por “evidências” desse sentido.

A compreensão é o instrumento pelo qual se tenta obter acesso ao sentido das ações culturalmente relevantes, sendo que as “evidências” (aspas do Weber) desse

9 Como a própria apresentação do trabalho torna evidente, há divergências notáveis entre aqueles que se colocaram como parte da Escola Histórica Alemã. Uma delas é se a História possui um caráter individualizante, como nas ciências culturais, ou se ela é expressão de uma lei geral de estágios, como foi anteriormente apresentado juntamente com a crítica weberiana a esta perspectiva.

10 Weber também usa o termo “orientação” da ação, que deve ser entendido como equivalente, mas não é propriamente uma tradução literal.

sentido podem ser racionais ou empáticas. Usarei os mesmos exemplos que Weber para apresentar uma explicação sobre o que se tratam essas evidências. A evidência de uma compreensão racional é acessível por uma interpretação intelectual, podendo ser expressa por uma concatenação de argumentos lógicos que determinam um propósito final capaz de ser verificado por outros. Uma ação com o maior grau de evidência racional é apresentada quando é possível para o pesquisador reestabelecer quais foram os fins verificáveis estipulados pelo indivíduo e observar se o indivíduo fez uso dos meios que acredita serem adequados para a obtenção desses fins. A evidência para uma compreensão empática é baseada na capacidade do pesquisador de reconstruir internamente (reviver) as emoções e valores que motivaram as ações daqueles que estão estudando. Quanto mais o pesquisador é permeável às emoções e valores da ação que está analisando, mais se encontra evidência empática para a ação (WEBER, 1922, p. 3). Ambas formas de evidência são reconstruções internas que o pesquisador faz, mas que se diferenciam pela forma com que elas são feitas.

Temos outra aparição da racionalidade ao definir os tipos de evidências disponíveis para o processo de compreensão. A princípio, a evidência racional se adequa melhor para analisar ações cujos fins são claramente identificáveis (algo somente possível em casos limites, os quais possuem o maior grau de evidência racional. Como Weber lida com casos intermediários veremos mais adiante). No entanto, a evidência racional também serve como substituta da evidência empática, que possui dois problemas na sua construção. O primeiro diz respeito ao grau de proximidade entre o pesquisador e as emoções e valores daqueles que ele estuda: sem o devido reconhecimento dele no objeto de estudo, pouca evidência empática estará disponível para o pesquisador, e ele deverá se contentar somente com as evidências racionais disponíveis, com as interpretações das emoções que sejam intelectualmente disponíveis para interpretação (WEBER, 1922, p. 3) Em outras palavras, podemos dizer que quanto mais distante culturalmente o pesquisador está, menos é possível uma compreensão empática.

O segundo problema é relativo à incapacidade de verificação que as evidências empáticas possuem. Uma vez que elas são baseadas no compartilhamento de emoções e valores entre pesquisador e o objeto, não há como garantir que não passem de meras intuições do pesquisador, problema apontado por Freund e já mencionado neste trabalho (FREUND, 2003, p. 37-38). Ao substituir os valores e emoções pela racionalidade na obtenção de evidências, o pesquisador não só resolve o primeiro problema das evidências empáticas, relativa a uma compreensão individual e independente de valores e

emoções, mas torna possível a compreensão de qualquer um, já que retira grande parte do caráter subjetivo inerente das emoções e valores. Ao elaborar uma compreensão reproduzível intelectualmente, o pesquisador possibilita que sua análise pessoal seja escrutinada por outros, algo característico da produção científica. Por essa razão, podemos destacar aqui o papel “mais elevado” da racionalidade na obra weberiana, que ao substituir a intuição de evidências empáticas na análise, a torna acessível e científica, mas sem desconsiderar a existência e utilidade do processo de revivescência e intropatia disponíveis ao pesquisador.

Outra qualificação do que é a compreensão se encontra na diferenciação entre a compreensão direta (*aktuelles Verstehen*) e explicativa (*erklärendes Verstehen*). A compreensão direta se trata do entendimento do sentido mais imediato de uma ação, como a compreensão racional de uma equação matemática (como $2 \times 2 = 4$), ou a compreensão irracional de ações que representem uma emoção (como a expressão facial e manifestações involuntárias que acompanham uma emoção de raiva). Já a compreensão explicativa ocorre no entendimento da motivação que levou a ação, ou seja, qual sentido levou a elaboração de uma equação matemática, podendo ser para expressar uma conta necessária em um ambiente comercial ou alguma demonstração científica, ou qual foi a motivação da raiva, podendo ser. Ambas as formas de compreensão, direta e explicativa, buscam a relação entre a ação realizada e o sentido a ela atribuído (WEBER, 1922, p. 3-4).

Interrompo aqui a apresentação do método weberiano, pois é importante notar que, até o momento, a aplicabilidade da compreensão se limita a casos individuais e particulares, e assim sendo especialmente útil para a História, “que é formada de uma sucessão de acontecimentos singulares” (FREUND, 2003, p. 56). No entanto, o legado weberiano é clamado por sociólogos, não historiadores. O escopo de atuação da compreensão se expande quando associado a outro conceito weberiano, o tipo ideal, cuja apresentação foi separada e ocorrerá abaixo. A ideia de separar a compreensão aplicada ao indivíduo e a compreensão aplicada a grupos, mediada pelo tipo ideal, parte da importância que é atribuída ao indivíduo por Weber segundo Freund. O indivíduo é a unidade básica que se pode compreender, pois é a unidade básica capaz de ser portadora (*Träger*) de comportamento significativo. A consciência, pressuposta para o processo de formação de sentido, é limitada ao indivíduo, não sendo considerada frutífera do ponto de vista weberiano. Basta a significação de uma ação para que se tenha uma *sociologia* compreensiva, logo eles não são abordados (FREUND, 2003, p. 84-85). A

discussão da importância do indivíduo para o método de Weber pouco tem a contribuir com suas considerações sobre a racionalidade, logo não serão alongadas aqui. Dada a compreensão, nos resta questionar como é possível a análise do coletivo partindo do indivíduo, e essa resposta se relaciona com o conceito de tipo.

2.1.2. Os “tipos” da sociologia weberiana

Retomamos a relação entre sentido e ação. Essa relação pode ser chamada de motivo (*Motiv*) da ação, seja essa relação estabelecida pelo agente ou pelo observador, basta que seja uma relação com sentido que expressa algum fundamento para a ação. Podemos dizer que uma relação de sentido é adequada quando ela é típica ou quando ela satisfaz os hábitos de pensamento ou sentimento médios. Uma relação de sentido não é o mesmo que uma relação de causalidade, esta última corresponde aos eventos da experiência atreladas à probabilidade de ocorrência na realidade. Quando o motivo médio ou típico vai de encontro à respectiva causalidade média ou típica, temos uma interpretação causal correta, seja ela média ou típica. Regularidades observáveis sem sentido compreensível ou sentidos compreensíveis regulares sem correspondências na realidade são de menor relevância para a sociologia de Weber, que entende que a sociologia busca somente as interpretações causais médias ou típicas corretas. “Somente essas construções racionais da ação significativamente compreensível são tipos sociológicos de eventos reais”¹¹ (WEBER, 1922, p. 5-6).

No parágrafo se encontra a ponte que conecta a compreensão do caso individual para a compreensão de um grupo social, que é a mesma ponte que cruza o rio que separa a História da Sociologia. Ao buscar uma interpretação causal *correta*, a sociologia analisa a ação que ocorre na *média* ou de maneira *típica* e que seja simultânea com seu sentido *médio* ou *típico*, respectivamente. O cunho estatístico ou típico de ambos é o que determina a regra sociológica, ou o *tipo*, que toma o contexto histórico como sua variável, mas não se propõe explicá-lo na sua particularidade (WEBER, 1922, p. 9). Para Weber, a História e a Sociologia possuem papéis complementares. A construção de tipos serve à análise histórica (tipos tem a pretensão de estabelecer um ou mais nexos causais gerais, “corretos”, úteis no entendimento de determinada época) assim como a História serve como fonte para a construção de novos tipos (sempre haverá novas questões

¹¹ “Nur solche rationalen Konstruktionen eines sinnhaft verständlichen Handelns sind soziologische Typen realen Geschehens”, trecho traduzido pelo autor do trabalho.

culturalmente relevantes e significados possíveis que assumam caráter genérico em determinada época e, assim, sejam compreensíveis por meio de tipos sociológicos) (FREUND, 2003, p. 44-45).

Identificamos a influência das ciências da cultura no método de Weber ao discutir a compreensão. Agora é possível estabelecer a influência do outro “lado” do debate metodológico na construção dos tipos. Ela não se trata de encarar sua ciência como extensão das ciências naturais, que estabelecem como um fim em si mesmo a obtenção de conceitos e generalizações (na forma de “leis”) que descrevam o mundo. Os tipos são generalizações que servem de instrumento para a compreensão e interpretação do mundo. Marianne não diminuiu a importância que Weber dava aos tipos ao ressaltar a possibilidade de uma explicação causal que ele fornece: *“Only what is causally explained is scientifically treated”* (WEBER, 1988, p. 313-314), partindo aqui de um pressuposto de que, em última instância, toda ciência é relevante e desconsiderando o debate sobre o que torna algo científico ou não. Cohn também salienta a relevância do tipo ao propor que a tese de Weber se trata justamente de afirmar a possibilidade de previsão do comportamento humano por meio da compreensão, se aliada ao conhecimento “nomológico” dos eventos tratados (COHN, 2003, p. 119-120). O que Cohn chama de conhecimento “nomológico” são as regularidades do comportamento humano observáveis, passíveis de explicação causal correta por meio de tipos, que devem fazer uso da compreensão para estabelecer o motivo que as fundamentou.

A construção de tipos médios, como entendido por Weber, parte da observação de ações regulares e a subsequente tentativa de compreensão dessas ações, estipulando um grau médio de adequação com o sentido encontrado. No entanto, essa abordagem só é coerente quando o sentido das ações observadas é qualitativamente semelhante, em outras palavras, quando elas sejam distinguíveis somente pelo grau de adequação ao sentido, não por uma diferença de sentido em si, algo raro de ocorrer na realidade, onde os sentidos subjetivamente formados podem ser tão diversos quanto o número de indivíduos capazes de elaborá-los. Logo, Weber considera mais frutífero partir do lado oposto na construção dos tipos, estipulando primeiro qual o sentido *ideal* associado a uma ação típica. Dessa forma, o que o tipo ideal estabelece é uma relação de sentido ideal, ou seja, ele afirma qual seria a ação do indivíduo e seus desdobramentos caso ele estivesse orientado somente por um único sentido. Após a sua construção, ele serve de parâmetro para mensuração do real, como na abordagem do tipo médio, mas sem a preocupação de ser realista. Ao contrário do tipo médio, Weber afirma que quanto mais distante da

realidade o tipo ideal é, maior é a clareza e o rigor com que ele consegue estabelecer o sentido da ação e seus desdobramentos no caso ideal (WEBER, 1922, p. 9-10).

O uso do tipo ideal como instrumento de medida da realidade é reforçado pela interpretação de Freund. “Sua única perfeição é de ordem lógica e não moral. Ele exclui toda avaliação” (FREUND, 2003, p. 51). Desse ponto de vista é perceptível que o conceito de tipo ideal resolve algo que foi deixado em aberto anteriormente, que é o entendimento de irracionalidade por “imprevisibilidade e contingência”. Se o tipo ideal é capaz de abarcar e compreender ações com relação de sentido adequada, aquelas que fogem à adequação causal são explicáveis somente devido ao acaso, sempre imprevisível e contingente, e portanto irracionais do ponto de vista do tipo ideal estabelecido. É aqui que se culmina em uma das interpretações possíveis da racionalidade no tipo ideal, que é a de construto lógico e mecanismo heurístico para clareza de significado.

O papel cognitivo e heurístico do tipo ideal não é racional por ser um facilitador da compreensão de aspectos particulares da realidade, mas sim por se contrapor e ignorar as irregularidades, atribuídas ao “acaso irracional”, que se encontram ao usá-lo como instrumento. Contudo, é ainda mais marcante o contraste que o tipo ideal estabelece entre o racional e os valores. Essa questão remete ao papel que a compreensão exerce na ação do pesquisador ao formular um tipo ideal. Para a compreensão de uma ação singular, é necessário, por parte do pesquisador, buscar as evidências do sentido, sejam elas racionais (verificáveis) ou empáticas (revividas). Evidências podem indicar o sentido da ação, mas em última instância, o significado permanece uma hipótese do pesquisador. A construção de tipos ideais demanda uma construção de sentido também imaginária, uma hipótese por parte do pesquisador. Compreender e construir tipos ideais são ambas ações culturalmente relevantes, possuindo sentido subjetivo (do pesquisador) na sua elaboração, sendo que estes significados são impossíveis de serem verificados, devido ao seu caráter hipotético. O tipo ideal, por mais que busque um grau máximo de racionalidade como instrumento de descrição de um comportamento típico, sempre estará permeado com os valores daqueles que os construíram, aqui nomeados de pesquisadores. Quando criados e usados para além de suas pretensões cognitivas, os tipos ideais deixam de exprimir uma relação de valores de ordem teórica, um instrumento racional, e passam a ser um julgamento de valores de ordem prática, uma expressão de valores últimos não verificáveis, e portanto com base irracional (WEBER, 1988, p. 314-315).

Afirmar que a ação do pesquisador é uma ação social, por isso dotada de sentido

subjetivamente construído e culturalmente relevante, não deve ser interpretado como uma conclusão circular de seu raciocínio, na qual se encontra desdobramentos da elaboração inicial que apontem para sua própria incoerência. É verdade que a ação do pesquisador, que se pretende puramente racional, é invariavelmente baseada em valores de conteúdo irracional. Weber descreve somente o que a ação do pesquisador deveria ser caso não fosse perturbada por quaisquer outras questões, estipulando a orientação de sentido ideal para que ela sirva de parâmetro da realidade, onde as ações são influenciadas pelos mais diversos e contraditórios sentidos. Em outras palavras, a ação do pesquisador é um tipo ideal como qualquer outro, fruto da reflexão weberiana sobre as suas ações e a de seus pares no exercício da atividade acadêmica. Qual seria, então, os valores que baseiam a concepção weberiana do que deveria ser a ação do cientista? Este seria a “orientação de suas ações por convicções claras e conscientemente escolhidas” (WEBER, 1988, p. 317).

Essa discussão também não torna incoerente a possibilidade de diversas racionalidades no campo científico. É preciso novamente lembrar que os tipos ideais estão intimamente relacionados com a relevância cultural subjetiva do pesquisador que se presta a construí-los. A constatação de que a própria ideia do que é “científico” (nos termos aqui colocados, “científico” é equivalente a racional) se modificou ao longo do tempo é suficiente para estabelecer esse argumento. Ao passo que a sociedade elege novos valores e prioridades, modificam-se seus critérios do que é culturalmente relevante, e assim o que era científico nas humanidades do século XIX é diferente do científico do século XX, que também será diferente da “ciência” que se desenvolverá no século XXI.

Outro aspecto dos valores pode ser ressaltado para elucidar qual a função do racional na visão weberiana. Seu tipo ideal para a ação do pesquisador parte de sua avaliação negativa de atitudes professorais que contenham implicitamente uma sugestão de visões de mundo (*Weltanschauungen*). Essa postura não se trata de opor-se às ações guiadas por valores extracientíficos. Pelo contrário, é estipulado que esses valores sejam somente individuais, e à ciência (por conseguinte a racionalidade) cabe o papel de esclarecer e orientar quais as consequências da ação (WEBER, 1988, p. 321). No campo funcional, valores e racionalidade são complementares.

Uma última consideração relevante é a atenção dada por Mommsen a um outro tipo, o “tipo puro”, termo usado por Weber como sinônimo de tipo ideal mas que é fruto do desdobramento das diferentes formulações do tipo ideal. O tipo puro retém a característica de ser útil como medida da realidade, uma abstração capaz de realçar unilateralmente o que há de particular na estrutura ou processo de mudança social. O que

torna o uso do tipo puro diferente é que ele assume uma função de destacar conceitos de forma dialética ou hierárquica, sendo criados em grupos nos quais cada qual representa princípios da realidade que sejam complementares (MOMMSEN, 1989, p. 129).

2.2. Considerações finais

No decorrer deste capítulo foi tentado apresentar parte do método construído por Weber, ressaltando o que se entende por “racional” ou “racionalidade” em suas elaborações. Como é lição deste capítulo, o esforço aqui empreendido é somente parcial, e de forma alguma pretende ser exaustivo. Majoritariamente foram analisados trechos do primeiro capítulo de “Economia e Sociedade”, apesar de reconhecer que diversas das argumentações metodológicas estão presentes nos textos compilados em “Ensaio sobre a Teoria da Ciência”. Posso dizer que estes foram acessados de forma indireta na leitura de intérpretes de Weber, que por sua vez colaboram também ao fornecer seu ponto de vista para a análise.

O conteúdo pode ser relacionado com as contextualizações realizadas no primeiro capítulo do trabalho, porém foi algo que busquei não fazer explicitamente para não desviar de forma excessiva o foco da racionalidade.

Finalmente, cabe destacar que, até então, quando foram feitas abordagens à racionalidade, elas se deram como parte do processo de compreensão e na construção de tipos ideais, tocando somente de forma lateral no que constitui a racionalidade nos níveis analíticos propostos por Schluchter. Com o ferramental disponível, pode-se dizer que o que foi analisado neste capítulo é somente um tipo de ação racional por excelência, a da análise científica, estilizada no seu sentido ideal, que a descreve como ela deveria ser caso não fosse perturbada por irracionalidades, e não como ela ocorre na realidade, algo característico da análise realizada por meio de tipos ideais. A apresentação desse caso particular de ação e seus desdobramentos nos permite entender como a racionalidade serve de instrumento e, ao mesmo tempo, constitui a análise weberiana. Também podemos encarar essa análise como integrante de uma forma de racionalização específica, porém o faremos no capítulo seguinte, ao avançar para a análise da racionalidade nos diferentes níveis de análise sociológica na teoria weberiana.

3. A racionalidade em meio a teoria

No capítulo anterior, tivemos em vista dois significados atribuídos à racionalidade na construção do método weberiano. O primeiro sentido, identificado como sinônimo de “liberdade da vontade”, consiste em considerar uma ação racional de acordo com o grau de controle do agente sobre ela. Quanto mais aspectos a ação controla, mais racional ela é. O segundo trata da previsibilidade associada ao que é dito racional, explorado de duas formas distintas: no processo de elaboração da compreensão do comportamento de forma objetiva, ou seja, reproduzível e independente do grau de proximidade dos valores do pesquisador e do agente da ação; e no processo de elaboração dos tipos ideais, no qual a maior racionalidade se relaciona com maiores regularidades encontradas na análise de grupos de indivíduos, sendo irracionais os desvios à regra. Ambos entendimentos serviram para a construção de mecanismos que, aos olhos de Weber, permitem uma interpretação do mundo. No entanto, eles não bastam para identificar quais aspectos da realidade o pensador buscava interpretar com esse método. O próximo passo do trabalho é estender o que foi estabelecido anteriormente para alguns dos temas abordados pela teoria de Weber, a fim de identificar qual o papel da racionalidade em suas análises de cunho mais aplicado.

3.1. A ação social e sua racionalidade

Há espaço para condução da atenção para a categorização das ações sociais, como encontradas em “Economia e Sociedade”. Apesar de essa classificação não ser um dos estudos históricos aplicados de Weber, ela se direciona para tais estudos. Além disso, seguindo a ordem cronológica dos intérpretes de Weber, é interessante debater os aspectos estruturais da teoria antes de se aprofundar em suas considerações sobre o desenvolvimento histórico.

As ações sociais são classificadas em quatro tipos ideais distintos (WEBER, 1922, p. 12):

“§ 2. Como toda ação, a ação social também pode ser: 1. Ação racional relativa a fins (*zweckrational*): determinada pela expectativa do comportamento de outras pessoas e de objetos exteriores, e pelo uso

dessas expectativas como “condições” ou como “meios” para o sucesso de, perseguidos e ponderados, fins próprios, – 2. Ação racional relativa a valores (*wertrational*): determinada por conscientes crenças no valor – ético, estético, religioso ou como veio a ser interpretado – próprio e absoluto de certo comportamento como tal, independente de sucesso, – 3. Ação afetiva, especialmente emocional (*affektuell*): determinada por afetos e estados emocionais atuais, – 4. Ação tradicional (*traditional*): determinada por hábito vivido.”

Para a análise mais profunda das ações sociais será de grande utilidade usar as próprias explicações que Weber realizou após à sua enunciação (WEBER, 1922, p. 12-13). Cabe lembrar que se tratam de tipos ideais, logo toda a lógica envolvendo esse conceito é aplicável aqui, incluindo o caráter hipotético e seu uso apenas como instrumento de medida da realidade (tipo puro), que implica em uma visão da realidade concreta como muito mais complexa e na qual tipos de ação social se confundem e se misturam entre si, algo que o próprio Weber nos alerta¹².

Feita essa ressalva, podemos começar a análise observando que salta aos olhos a presença de somente dois tipos de ação social explicitamente racionais. Estas ações racionais, relativa a valores ou a fins, são ambas carregadas de sentido consciente, e portanto não se diferenciam nesse aspecto. Já as ações tradicionais e afetivas são casos limítrofes da ação com significado ou sentido, marcadas por serem reações a estímulos externos, sejam estes cotidianos, no caso da ação tradicional, ou não cotidiano, no caso da ação afetiva.

Destacar que as ações racionais são dotadas de sentido é apenas o primeiro passo desta análise. Para entender o conceito de racionalidade nas ações sociais, é interessante comparar os tipos ideais de ação com os significados encontrados para racionalidade no capítulo anterior. O fato de todas as ações sociais serem tipos ideais torna critério da previsibilidade inerentemente problemático. Ainda assim, não exclui a possibilidade de considerar a reprodutibilidade, e será nessa linha que ele será

12 “Muito raramente a ação, em especial a ação social, é orientada apenas de uma maneira ou de outra. Da mesma forma esses tipos de orientação não são de forma alguma classificações exaustivas dos tipos de orientação da ação, mas tipos conceitualmente puros criados para fins sociológicos, aos quais a ação real se aproxima mais ou menos ou da qual é - ainda mais frequentemente – misturada.” (WEBER, 1922, p. 13).

interpretado. A ação racional voltada a fins é a que se caracteriza como a mais previsível entre as ações, já que possibilita uma reconstrução intelectual de seus princípios motivadores na hora da análise. A ação racional relativa a valores também se mostra reprodutível, uma vez que ela é resultado de uma elaboração consciente e consistente, sistematicamente reproduzível, assim como a ação racional relativa a fins. A diferença entre elas se encontra no conteúdo dos sentidos: enquanto a ação relativa a valores busca a satisfação de um valor, baseado em uma convicção subjetiva (exemplos de valores são piedade, dignidade ou beleza), a ação relativa a fins busca um resultado mundano, gerador de consequências mundanas observáveis e objetivas¹³. Do ponto de vista de uma ação voltada a fins, quanto mais absoluto é o valor envolvido na ação, menos são consideradas as consequências mundanas, e portanto mais irracional é a ação. Provavelmente são estas ações que autores como Cohn tinham em mente ao afirmarem que “A ação perfeitamente racional é plenamente previsível” (COHN, 2003, p. 137). Semelhante à ação racional relativa a valores, a ação afetiva também busca uma satisfação por meio de uma “descarga de estado emocional”. Entretanto, ela nada tem de previsível ou reprodutível, já que ocorre sem qualquer consideração que seja consciente para o agente, algo que revela seu “caráter fundamentalmente não racional e anti-racional” (SCHLUCHTER, 1981, p. 133). Quando há reflexão consciente sobre essa descarga emocional, considera-se que a ação afetiva já se encontra a caminho de ser racionalizada quanto a seus valores, seus fins ou ambos. Por fim, a ação tradicional se define pela sua consistência ao longo do tempo, logo pode ser considerada extremamente reprodutível, desde que seja possível encontrar praticantes da tradição e seja preservado o contexto em que a tradição se manifesta.

A análise das ações sociais pelo critério de racionalidade como maior grau de controle já foi realizada anteriormente por Schluchter (SCHLUCHTER, 1981, p. 129-130), e aqui será seguida a mesma linha argumentativa. A disposição em que as ações sociais foram apresentadas sugere uma ordenação seguindo quatro parâmetros para o controle da ação: os meios para realizá-la, suas finalidades, seus valores associados e suas consequências. Na ação racional relativa a fins ou instrumental, há o maior grau de controle, pois o agente reflete sobre todos os quatro aspectos citados antes de realizar a

13 Essa definição motiva traduções da ação racional relativa a fins (*zweckrational*) como ação instrumental, já que ela se configura pela ponderação dos melhores instrumentos para o fim escolhido. Optei por uma tradução mais próxima do original para destacar a presença do termo “racional”, mas considero que os termos são intercambiáveis sem perda de sentido, e o farei pela economia que o termo mais curto traz.

ação. Nesse sentido, o método de pesquisa de Weber, descrito no capítulo anterior, visa ser uma ação racional relativa a fins. As outras ações sociais deixam de contemplar gradativamente um dos parâmetros de controle. Para a ação racional relativa a valores, as consequências são desconsideradas frente aos valores últimos que as motivam. Ações afetivas e tradicionais possuem um grau de controle somente em uma esfera inconsciente. A ação afetiva desconsidera as consequências e valores envolvidos, e cumpre seu fim (uma descarga emocional) por meios habitualmente estabelecidos. A ação tradicional, que representa a maior parte das ações realizadas cotidianamente, é realizada sem o controle de consequências ou valores, mas até mesmo uma finalidade definida para a ação não existe mais, sendo apenas uma repetição de atitudes costumeiras de acordo com a tradição.

Tomadas em conjunto, essas duas análises contribuem para entender melhor as ações sociais, mas expõe a dificuldade de sistematizar um conceito para racionalidade que seja baseado nas quatro ações sociais. A linha de raciocínio de Schluchter continuará sendo seguida, já que ela culmina em uma sistematização para o conceito que se pretende alcançar (SCHLUCHTER, 1981, p. 129). São apontadas três fragilidades na classificação das ações sociais em diferentes graus de controle, entendida como diferentes níveis de racionalidade. A primeira fragilidade consiste em apontar que essa classificação incita uma correspondência teórica problemática, que é a identificação das ações racionais relativa a fins e a valores com as ética da responsabilidade e da convicção, respectivamente. Este ponto será apenas mencionado na seção seguinte do capítulo. Em seguida, aponta-se que a ação tradicional não deveria ser considerada uma alternativa menos racional às outras, já que esta seria uma análise somente estrutural estática, enquanto a existência de uma ação tradicional deve ser assumida somente em uma análise dinâmica. Finalmente, esta classificação estaria em franco desacordo com a teoria do valor implícita em Weber. As duas últimas observações, relativas a ação tradicional e a compatibilidade da tipologia com uma teoria de valor, são resolvidas com a adoção de elementos teóricos elaborados por Habermas, que propôs uma tipologia da ação que melhor se adequa ao conceito de racionalidade.

O esquema teórico de Habermas, como é apresentado de forma resumida por Schluchter, relaciona cada ação social a uma de três esferas de valor. A ação instrumental, racional em relação aos valores e afetiva são, respectivamente, correspondentes às esferas de valor cognitiva, avaliativa e expressiva, que, por sua vez, são representações do que é considerado o verdadeiro, o bom e o belo. Ao desprezar a

ação tradicional, essa formulação apresenta a vantagem de descrever melhor uma estrutura estática para as ações sociais, se diferenciando claramente dos aspectos dinâmicos na teoria de Weber. Além disso, é possível identificar uma correspondência, ao menos estrutural, com outro importante trio de tipos ideais weberianos, os tipos de dominação legítima por meio da burocracia (ação instrumental) e por meio da autoridade, seja ela de natureza ordinária ou tradicional (ação orientada por valores), ou de natureza extraordinária ou carismática (ação afetiva) (SCHLUCHTER, 1981, p. 129-133).

A sistematização proposta por Habermas soluciona a questão da ação tradicional como não equivalente às outras e não considerando-a em seu esquema. Contudo, a atribuição de diferentes esferas de valores a cada tipo de ação social não é compatível com a caracterização de Weber, que não diferencia valores entre as ações, mas os confere relevância somente na ação racional relativa a valores. É plausível identificar um esforço de Habermas em construir sua formulação em bases próprias, as quais ajudaram a fixar a importância e centralidade da racionalidade em Weber, mas entram em desacordo com a coerência interna do pensamento weberiano (SELL, 2012, p. 35-36).

Cabe aqui retomar a interpretação de Schluchter, apresentada de forma resumida no primeiro capítulo. Para a análise da ação social, dá-se destaque ao par de conceitos racionalidade relativas a fins ou instrumental (*zweckrational*) e racionalidade relativa a valores (*wertrational*), os quais encontram paralelo direto com as ações sociais racionais. Associados a eles, deve-se considerar outros dois pares de conceitos para racionalidade, formal/material e teórica/prática, aos quais é atribuído diferentes escopos de análise, a da coordenação da ação e o da cultura. O par racionalidade teórica e prática ainda pode ser subdividida entre seu aspecto cognitivo e normativo (SCHLUCHTER, 1999, p. 127).

A desconsideração da ação tradicional e da ação afetiva como relevantes para a análise da ação social não deve ser encarada como inexistência das mesmas. A justificativa para remoção do paralelo entre ação tradicional e as ações racionais encontra uma razão já explicitada no esquema de Habermas, e que Schluchter também considera como relevante. A ação afetiva ocupa o espaço das ações sociais motivadas por fatores fundamentalmente irracionais. Estas possuem a capacidade de rompimento com as racionalidades estabelecidas e são tipicamente instáveis, dando forma à outras racionalidades por meio de processos de racionalização ou a novas tradições por meio de rotinização (MOMMSEN, 1989, p. 130-131, 152). De acordo com Schluchter, as ações racionais em Weber merecem destaque pois se diferenciam ao serem orientadas por regras racionalmente estabelecidas, assim sendo passíveis também de compreensão

racional (SELL, 2012, p. 112).

O caminho teórico que Schluchter trilhou até a consolidação de sua tipologia das racionalidades não será reconstruído em seus detalhes aqui, já que este é mais longo e requer considerações maiores sobre as diferentes tentativas de Schluchter de abordar o tema, algo que Sell indica (SELL, 2012, p. 96). É importante notar que os dois pares da racionalidade que ainda só foram mencionados, as racionalidades teórica/prática e formal/material, são melhor conectadas com estudos empíricos de Weber, algo que também não possui espaço para ser abordado neste trabalho, mas que justifica a escolha pela apresentação da tipologia de Schluchter. Dado que foge ao escopo deste trabalho abordar a teoria de Weber como um todo, será o esforço da próxima seção somente apontar como esses dois pares de racionalidade se relacionam com a construção do método weberiano, indicando algumas das conexões entre as diferentes racionalidades e as partes da obra weberiana que as motivaram.

3.2. As racionalidades em diferentes contextos

Nos beneficiamos em ter como ponto de partida um aspecto da visão filosófica de Weber sobre a diferença entre realidade e sistemas de pensamento. Usando os termos de Freund para abordar o assunto, Weber encara que a realidade consiste em um “infinito extensivo e intensivo”, perante ao qual não é possível construir qualquer sistema de conceitos capazes de capturar toda a realidade, por mais geral que este sistema se proponha (FREUND, 2003, p. 36). Como já analisado, a ordenação coerente dessa realidade só é possível por meio de recortes arbitrários, baseados no que é culturalmente significativo. Dessa forma, conceitos que propõe generalizações universais não são possíveis nas ciências culturais, elas descrevem regularidades típicas. Por sua vez, essas regularidades típicas, ou tipos, se encontram na sua forma ideal ou pura ao servirem como instrumento de medida da realidade, com a intenção de destacar aquilo que há de particular e é culturalmente significativo. Na forma ideal ou pura, os tipos são construções teóricas sem correspondência na realidade.

A existência do tipo de comportamento descrito acima, voltado exclusivamente para a esfera teórica, não se justifica no pensamento weberiano se tomada isoladamente. Indivíduos não agem de acordo com ideias, mas sim movidos por interesses, sejam estes de ordem mundana ou ideal (MOMMSEN, 1989, p. 151). A busca consistente pela construção sistemática de conceitos que ampliem a compreensão de mundo compõe a

ponta extrema da racionalidade teórica no contexto em que Weber analisa a conduta de vida (*Lebensführung*) ocidental. Na outra ponta está a ação correspondente a uma racionalidade prática, que busca consistentemente atuar no mundo. O par de tipos ideais aqui retratados, a racionalidade teórica e prática, buscam caracterizar aspectos particulares da conduta de vida que é singular à cada cultura. É preciso ressaltar que a racionalidade, em seu nível da análise cultural, apresenta dois aspectos distintos: o relativo a racionalização para a construção de uma imagem de mundo (*Weltbild*) e como agir racionalmente, em sentido de corretamente, diante dela, ou seja, um aspecto cognitivo; e um aspecto normativo, relativo à criação de sentidos subjetivos carregados de valores, que justificam os aspectos cognitivos do mundo e prescrevem uma conduta de comportamento que seja racional e moralmente correta, ou seja, a formulação de uma ética (SELL, 2012, p. 107).

Cabe ressaltar que o par de racionalidade teórica e prática são encontrados nos escritos de Weber sobre sociologia da religião, incluídos neste o texto célebre “A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo” (SELL, 2012, p. 113). Encontramos aqui também uma possível justificativa para o que alguns autores chama de “a singularidade da civilização ocidental” (FREUND, 2003, p. 105). É possível que Weber identificava em si a sua indissociável condição de membro do sistema de imagem de mundo ocidental, o que lhe permitiria estudar outras culturas unicamente a partir de um ponto de vista externo e buscando a compreensão subjetiva de seu próprio ponto de vista.

Para abordar o aspecto normativo, tentaremos pensar como Weber conceitua a ideia de valores utilizando o método que tanto analisamos. Por definição, valores são construções abstratas similares aos tipos ideais, logo eles servem como parâmetros a partir dos quais ações podem ser avaliadas. Para Weber, uma teoria do valor teria como papel ordenar cognitivamente quais são os valores e suas esferas de validade, sem impor à esse esquema alguma valoração subjetiva que implique em valores mais relevantes que outros. Entretanto, valores também estão presentes na realidade concreta ao serem traduzidos em sistematizações históricas de valores, ou seja, valores são também parte da realidade concreta que pode ser reconstruída em conceitos. O problema da coexistência dos valores como formas abstratas e realidades concretas é que Weber descarta a possibilidade da existência de uma teoria de valores fechada que compreenda todas as realizações possíveis, assim como considera plausível a existência de eventos concretos em que “irreconciliáveis avaliações divergentes” são observadas a partir de parâmetros valorativos diferentes. Por exemplo, é possível observar situações históricas

que, por meio de uma análise racionalmente coerente, certos valores foram atendidos em detrimento de outros. O conflito entre diferentes avaliações de valores, quando transferido para o campo teórico, se transforma em um conflito insolúvel entre os próprios (SCHLUCHTER, 1981, p. 14-17).

O conflito dos valores últimos não impede que suas realizações ocorram no mundo concreto. Para determinar a forma com que elas ocorrem, devemos recorrer novamente à distinção entre ideias e interesses. São interesses que governam as ações humanas, e não ideias. Estes mesmos interesses podem ter como objetivo a satisfação de necessidades mundanas ou ideais, e a ação combinada desses interesses individuais na dinâmica social cede espaço para o surgimento de determinados ordenamentos, nos quais são sistematizados conjuntos de ideias e distribuição de bens que satisfazem os interesses ideais e mundanos daqueles pertencentes a esses ordenamentos. Cada ordenamento social apresenta relativa autonomia (*Eigenrecht*) e dinâmica própria (*Eigengesetzlichkeit*), o que permite, simultaneamente dentro uma mesma sociedade, a racionalização de diferentes imagens de mundo e a realização de valores de forma relativamente independente e institucionalizada (SCHLUCHTER, 1981, p. 25-27).

É na análise desses diferentes contextos sociais, mais especificamente na esfera econômica e na esfera do direito, que Weber aborda o par racionalidade material e formal. Na esfera econômica, Weber classifica a racionalidade formal de uma gestão econômica como “o grau de cálculo tecnicamente possível e que ela realmente aplica”, enquanto a racionalidade material é “o grau em que o abastecimento de bens de determinados grupos de pessoas (...) ocorra conforme determinados postulados valorativos (qualquer que seja sua natureza)”. Já na esfera do direito, Weber considera critérios para determinar a racionalidade formal e material assim como a irracionalidade formal e material, além de ser ainda mais evidente a influência dos valores na sua caracterização material. Diferenças à parte, Sell identifica que, em comum, essas análises apontam que formal pode ser entendido como relativo ao processo e material relativa ao conteúdo. Sell também faz uma interessante comparação com os conceitos de racionalidade substantiva ou contextual e racionalidade procedural elaborados pelo economista Herbert Simon, colocando a ação social em função de adequação às regras e o processo decisório (SELL, 2012, p. 102-106).

Um dos méritos do esforço teórico de Schluchter está em reconstruir relacionando vários dos conceitos abordados por Weber que a princípio parecem difusos. Além das já citadas relações, é possível identificar claramente a tentativa de conectar os estudos

sobre ética e as religiões mundiais com os diferentes tipos de dominação (SCHLUCHTER, 1981, p. 101-105).

Por fim, é importante ressaltar que os pares de racionalidade formal/material e teórica/prática são tipos ideais para análise em nível da ordem e da cultura. Ambas fundamentam-se no par de tipos ideais da ação social racional relativas a fins ou a valores.

Conclusão

A visão de Weber sobre a racionalidade teórica e a formação de “imagens de mundo” (*Weltbildern*) é, pelo menos em seu aspecto cognitivo, razoavelmente similar a noção que, décadas depois, Thomas Kuhn desenvolve em suas observações sobre o progresso da ciência, marcadamente presente quando o estadunidense caracteriza as mudanças de paradigma, ou revoluções científicas, como mudanças de visão de mundo (*world view*) (KUHN, 1970, p. 111). Não busco insinuar que Kuhn tenha tido contato com os escritos de Weber (algo que a Escola de Frankfurt certamente teve e não tem sua devida abordagem aqui por uma questão de escopo), mas procuro sim ressaltar que o estudo de como se comportam pesquisadores e cientistas é algo que também desperta interesse oriundo de outros campos do conhecimento além da sociologia.

Os usos dos pares de racionalidades em diferentes contextos e com diferentes conotações demonstram a dificuldade de estabelecer univocidade à racionalidade. É provável que Weber fosse consciente da polivalência o termo, principalmente se notado as diversas vezes em que ele procura esclarecer o significado do termo ao aplicá-lo em diferentes ocasiões. Para colocar da mesma forma criativa que Sell o fez, o conceito de racionalidade possui vários significados (*Vieldeutig*) e vários lados (*Vielseitig*), o que não é reflexo de contradições, mas sim de riqueza analítica (SELL, 2012, p. 115-116).

Referências bibliográficas

COHN, Gabriel. **Crítica e Resignação**: Max Weber e a teoria social, 2ª edição, São Paulo: Martins Fontes, 2003.

FREUND, Julien. **Sociologia de Max Weber**; tradução de Luís Claudio de Castro e Costa, 5ª edição, Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003.

KUHN, Thomas S. **The Structure of Scientific Revolutions**, 2ª edição. Chicago: The University of Chicago Press, 1970.

MOMMSEN, Wolfgang J. **The Political and Social Theory of Max Weber**. Cambridge: Polity Press and Blackwell Publishers, 1989.

SCHLUCHTER, Wolfgang. "Religion und Rationalismus". Em: MOMMSEN, Wolfgang J., SCHWENKTER, Wolfgang. **Max Weber und das moderne Japan**. Göttingen: Vandenhock und Ruprecht, p. 121 - 133. 1999.

SCHLUCHTER, Wolfgang. **The Rise of Western Rationalism: Max Weber's Developmental History**, translated by Guenther Roth; Berkeley and Los Angeles: University of California Press. 1981.

SELL, Carlos Eduardo. **Max Weber e a racionalização da vida**. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2013.

WEBER, Marianne. **Max Weber: a biography**, translated by Harry Zohn; New York: Wiley, 1988.

WEBER, Max. **Wirtschaft und Gesellschaft**. Tübingen: J. C. B. Mohr (Paul Siebeck), 1922.

WEBER, Max. **Gesammelte Aufsätze zur Wissenschaftslehre**. Tübingen: J. C. B. Mohr (Paul Siebeck), 1922a.

TRIBE, Keith. "A Lost Connection: Max Weber and the Economic Sciences". Em: AY, Karl-Ludwig; BORCHARDT, Knut. **Das Faszinosum Max Weber**. UVK Verlagsgesellschaft, Konstanz, p. 313 - 329. 2006.